

Comitê de Monitoramento do Coronavírus
– MEMÓRIA DA REUNIÃO 21 –
01.09. 2021 – 14 h
Webconf – sala rnp

PAUTA:

- PAUTA:

- atualização da situação nos municípios/ unidades
- atualização da situação no Estado/abrangência da Unipampa
- Ciclo 2 do *Unipampa cuida de você*
- Exigência da Carteira de Vacinação no âmbito da OEE
- Consulta “vacinômetro”
- Informes

Presenças:

CLÁUDIA VIEIRA GARRIDO
CHARLES CARPES
SHIRLEY NASCIMENTO
EDWARD PESSANO
MARIO CELSO BRUM
MIRIAM M. SILVEIRA
PATRÍCIA F. FIRPO
PAULO EDUARDO PAIVA
RAFAELA C. DORNELES
SILVANA MARIA GRITTI
THIAGO DA SILVA SAMPAIO
WILLIAM BERNARDES
DIEGO G. NUNES
EDERLI MARANGON
EVELTON M. FERREIRA
FABIANO Z. SOBROSA
JENIFER HARTER
JOÃO FELIPE REZER
JOSÉ PAULO B. FAGUNDES
ALGACIR RIGON
CHEILA DENISE
DÉBORA PELLEGRINI
RAFAELA DORNELES
LUCIANA BENETTI
EVELTON FERREIRA

O agendamento da reunião, que foi gravada, deu-se via grupo de whats.

Inicialmente foi informado que o Prof. Algacir solicitou duas inclusões de pauta:

- 1) Responsabilidade dos COE E Locais a respeito da realização de TCC ou pesquisas em outras instituições (uma vez que a PROPPI encaminhou isso);

2) O fato de o questionário ter se tornado um item obrigatório para acesso ao GURI e Moodle.

Inicialmente, foi solicitado aos representantes dos câmpus, que fizessem as considerações acerca da **atualização dos câmpus e municípios**:

Angélica – Jaguarão: ausente (encaminhou por whats): 73% da população está vacinada com a 1ª dose e 26,4 % com a 2ª dose, num total de 26.346 doses aplicadas. Há 4 casos ativos, 12 monitorados e nenhuma internação.

Rafaela – Alegrete: no município a atual situação é a vacinação de pessoas de 18 anos ou mais. 1 caso positivo; UTI COVID sem pacientes, e há 3 no hospital de campanha. No total há 11.947 confirmados. Destes, são 14 ativos sendo 12 em isolamento domiciliar. 291 óbitos. Não sabe informar o nº de vacinados.

Silvana – Jaguarão: externa novamente a preocupação com a falta de retorno da análise até hoje do plano de contingência que foi elaborado pelo COE-E Local, que já foi reenviado várias vezes – tanto ao COE Estadual, quanto ao regional e municipal. O único retorno recebido é que na próxima reunião do COE Municipal, irão analisar o Plano.

Algacir – Dom Pedrito: há 14 ativos (3 hospitalizados, e os demais em isolamento domiciliar). 9 aguardam resultado. Relata que há algum tempo, o número de casos ativos tem sido bastante baixo. Da população vacinável, 90% está vacinada.

Luciana – São Gabriel: 26 casos suspeitos, 10 ativos, 6 em isolamento domiciliar, 5 isolados no hospital (1 de fora do município), 277 óbitos, 69,67% da população vacinável já tomou a 1ª dose e 44,34% com a 2ª dose. Os trabalhadores da educação tomaram a 1ª dose em 28 de maio e a 2ª em 09 de agosto. Praticamente todos os servidores e terceirizados estão com a 2ª dose.

Evelton – Caçapava do Sul: 8 ativos, nenhum hospitalizado. Total de 97 óbitos. Há 48 em investigação. Os ativos: quadro estável desde a semana passada. Vacinação no município: para s pessoas acima de 18 anos. A vacinação na Unipampa: 2ª dose dia 08 de setembro, para os que vivem no município. E, há relatos de servidores do campus que estão fora do município que já estão com a 2ª dose.

Miriam – Bagé: a Secretaria de Saúde de Bagé, há algum tempo, não encaminha divulgação sobre o nº de casos ativos. Há 2 casos positivos e marcante diminuição do nº de casos. No campus: vacinação foi 19 de junho e em breve, será liberada a 2ª dose.

João Felipe – Uruguiana: 25 ativos, 3 hospitalizações, 28 dias sem óbitos registrados na cidade.

Thiago – São Borja: o percentual de pessoas vacinadas não tem sido divulgado com frequência no município. Quanto o nº de casos: 44 suspeitos, 52 isolados em casa e 2 hospitalizados.

Charles – Itaqui: 3 ativos, 30 suspeitos. A percentagem de vacinados não tem sido atualizada. Mas há cerca de 15 dias, foi divulgado que estão vacinados 96% da população vacinável. O

município recebeu 40 mil vacinas e já aplicou 38.500. Servidores da Unipampa: todos com a 2ª dose (entre 3 e 5 de agosto).

O campus **Sant'Ana do Livramento** não registrou sua atualização.

Em continuidade, o próximo ponto de pauta foi sobre o **Ciclo 2 do Projeto Unipampa cuida de você**, que se estenderá até meados de outubro. As datas /atividades, que são 'salas de bem-estar', com diferentes atividades que têm duração de até 1 hora, são divulgadas com bastante antecedência. **Cláudia** relembra que este é um projeto que, além de contar com tutores voluntários da Unipampa, recebe colaboração voluntária também de servidores de outras IES, que muito têm elogiado e torcido para que exista um projeto semelhante em suas instituições. Todavia, observa-se uma fraca adesão às salas. A coordenação do Comitê entende que isso se explica pelo acúmulo de atividades online a que todos estão submetidos nessa fase de ensino remoto, e também entende que se trata de uma mudança de paradigma, uma vez que é bastante incomum que a universidade proporcione momento eventos desse tipo, sem nenhum tipo de cobrança ou obrigatoriedade. Pediu aos membros do Comitê que auxiliem na divulgação das atividades. Relembra que há cards de divulgação para todas as atividades; que o Ciclo 2 encerra 08 de outubro; que o Ciclo 3 está sendo planejado e que toda sugestão será acolhida.

Exigência da Carteira de Vacinação no âmbito da OEE

Esta foi uma pauta sugerida pela Profª **Cheila** (Uruguaina).

Charles esclareceu sobre alguns aspectos acerca das normativas relacionadas à vacinação no Brasil. Partiu de um breve resgate histórico.

Ressalta que os membros do Comitê são as principais interfaces para tirar dúvidas da nossa comunidade acadêmica acerca das questões da vacinação.

O Art 196 da Constituição Federal respalda o que traz a Portaria Conjunta SES/SEDUC 02 que regula os COE-E Locais, quando trata que o trabalho dos membros dos Centros é um serviço de relevância pública.

Portaria 597, do Ministério da Saúde (de 2004) segue em vigor: prevê a obrigatoriedade e comprovação das vacinas previstas no PNI – Plano Nacional de Imunização.

Lei 13979/2020: traz medidas para enfrentamento da pandemia. Estabelece que o poder público pode determinar a compulsoriedade da vacinação – ratificada jurisprudencialmente pelo Superior Tribunal Federal.

Reflexões/discussões: negar ou não matrícula aos não vacinados? Restringir o acesso à instituição aos servidores não vacinados? Quando e de que forma adotar as medidas cabíveis?

Profa **Cheila**: no Campus Uruguiana – a partir de hoje, 1º.09.2021 – está estabelecido que para ter acesso às dependências (inclusive serviços terceirizados e pessoal que trabalha nas obras), precisa estar vacinado (comprovante) e ter medida sua temperatura à entrada. O aluno ou o servidor que não possa ser vacinado, não deverá voltar às atividades presenciais. O COE-E Local do campus aprovou esta medida. Houve uma repercussão bastante positiva na comunidade. Considere-se que no Município de Uruguiana tem vacina suficiente para todos os vacináveis.

Rafaela (AL) relata que no campus Alegrete, estão organizando o retorno do setor administrativo e estão discutindo se há amparo legal para exigência de vacinação. Seguiram-se considerações sobre a importância do sujeito estar com a vacina em dia para poder acessar as dependências da Instituição, ao que nada foi dito em contrário.

Prof **Algacir** entende que a consulta à comunidade acadêmica sobre a vacinação é importante, mas discute o “como fazer”. E discorda da forma como foi feita na Unipampa. No seu ponto de vista faltou diálogo prévio com a comunidade acadêmica, e que deveria ter sido feita uma campanha de conscientização. E não concorda que responder aos questionamentos estivesse atrelado ao Moodle e Guri. E que a decisão sobre o encaminhamento deveria ter sido no âmbito do Consuni.

- Consulta “vacinômetro”

Em consonância com discussões feitas no Comitê acerca da importância de sabermos sobre o status vacinal na Unipampa, de 27.08 a 06.09 está no sistema GURI um formulário a ser preenchido pelos servidores e alunos, a fim de que possamos ter um panorama da atual realidade das vacinas. O resultado dessa consulta apresentará o status de vacinação dos nossos acadêmicos e servidores, e possibilitará que a Unipampa interceda junto aos órgãos de saúde para ampliar o esquema vacinal em nossa área de abrangência.

Até então houve mais de 5 mil respondentes em 6 dias. Charles expôs que ao longo dos últimos dias vários questionamentos chegaram ao Comitê no escopo deste formulário, tais como:

- *livre consentimento*: nas pesquisas científicas, sim, é obrigatório. Mas o questionário foi uma coleta de dados (não exige um termo de livre consentimento)

- Restrição de acesso ao Moodle e ao Guri: no Moodle não teve nenhuma restrição de acesso. Não impedia acesso às funcionalidades do sistema.

- *Pesquisa com participação imposta*: não é uma pesquisa, mas coleta de informações de um órgão público – que tem o direito de coletar dados dos servidores. Por isso, para os alunos, era sem obrigatoriedade. Por parte dos servidores, há uma exigência legal.

- *Finalidade do uso das informações*: o objetivo é saber quantas pessoas estão sendo vacinadas e se as faixas etárias estão sendo contempladas de forma correta, o que nos possibilita interagir, com dados, junto aos por órgãos de saúde para otimizar a questão junto ao poder público. No futuro, esses dados poderão ser importantes, quando se for tratar sobre retorno presencial.

- *Legislação pertinente*: foi esclarecido que a ação desta coleta de dados é amparada legalmente na Lei 13.709/2018 – LGPD (Lei geral de proteção de dados que passou a vigorar em 2020), art.7º. Também a Lei 8112/1990 aponta que o servidores públicos não têm o direito de recusar a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado. E a Lei 13.979/2020 também prevê que a administração pública tenha acesso à estudos e investigações epidemiológicas.

Quanto aos **respondentes** ao questionário: até a manhã de 01.09, responderam 621 docentes (60% do total), 370 TAES (40% do total de técnicos) e 4.028 alunos (30% dos alunos). Foi ressaltado mais uma vez quanto à obrigatoriedade legal dos servidores em responder.

Algacir: novamente registra que discorda apenas do modo como foi encaminhado. Entende que a questão deveria ter sido mais amplamente discutida dentro do Comitê, e que a comunidade

acadêmica deveria ter sido previamente comunicada. Entende que, em ações futuras, esse diálogo mais amplo deve preceder à ação.

Shirley: ressalta sobre a importância do movimento e da obrigatoriedade acerca dessas informações e reforça para que todos fomentem que a consulta seja respondida. É fundamental termos conhecimento da realidade, para que se possa entender qual a nossa situação e nossa condição. Há uma obrigatoriedade da gestão - Reitoria e unidades - em fomentar isso a fim de possamos lutar para que todos possam estar seguros e imunizados.

Atualização da situação no Estado/abrangência da Unipampa

Débora: relata que há uma queda com relação ao número de casos. O Comitê Científico do RS estuda o equilíbrio que está apresentando o quadro de estabilidade da atual situação. Não há dúvidas q são as medidas de intervenção não farmacológica, as de proteção (máscara, distanciamento, higiene), que estão propiciando o não alastramento de casos da variante delta, que está no estado. Isso, somando ao avanço da vacinação, que está progredindo, diferentemente de outros estados, onde o processo não está fluindo com a regularidade que está no RS.

Insiste sobre não haver condições de afrouxar as medidas, pois são ela que estão segurando o avanço da variante delta. 50 % dos sequenciamentos no RS têm sido dessa variante.

Um epidemiologista britânico amanhã, fará uma reunião aberta com o Comitê Científico sobre perspectivas futuras do COVID. Toda a comunidade acadêmica está convidada a participar.

Continuamos sem alerta, todas as regiões estão em decréscimo no número de casos.

No país, os cenários são diferenciados.

Cheila: importância de pensarmos no retorno. A sociedade cobra isso da Instituição. Estamos ficando numa situação complicada frente à comunidade externa. Afinal, foi feito um movimento para priorizar o pessoal da Educação e praticamente todos estão já com a 2ª dose. Muitos setores estão voltando. Sabe que a discussão está sendo realizada em várias instâncias da Universidade, mas é preciso agilizar logo esse retorno, com os devidos cuidados.

Shirley lança uma proposição: de que as unidades acadêmicas – todas representadas no Comitê – atualizem sobre o quadro atual de atividades presenciais administrativas e acadêmicas que vem sendo desenvolvidas em cada campus, juntamente com as considerações sobre o que vem sendo discutido em cada unidade acerca do retorno presencial das demais unidades. Seria enviado um ofício de solicitação do Comitê via SEI. Não seria uma devolutiva da equipe diretiva somente, mas do âmbito do campus. E justifica o porquê desta proposição: tem-se observado que as informações / discussões, muitas vezes, não estão circulando amplamente, sendo feitas de forma ampla nas instâncias de cada unidade no âmbito de todo coletivo. Exemplifica as muitas questões q chegaram sobre as OEE, como se não tivesse sido discutida amplamente – e foi. A partir de um retorno nessa amplitude, poderemos analisar o todo. Na reunião foi relatado que no Campus Alegrete estão discutindo fortemente sobre o retorno das atividades administrativas. E nos demais campus, como isso está se dando? Enquanto Comitê, é importante termos esse panorama, para entendermos o todo. E na próxima reunião do Comitê

possamos sistematizar e discutir esse tema. Nasce dos diálogos que tem sido feito com os diretores e coordenadores acadêmicos.

Luciana (SG): entende que deve ser uma demanda da Reitoria, e não do Comitê. Que no campus apenas permanecem as atividades presenciais essenciais. Muitos servidores estão ansiosos pelo retorno. Mas ainda não está no escopo das discussões, até mesmo por que, nem linha de ônibus ainda tem para o campus (cuja mudança recente, agora concentra tudo a 10 km da cidade). Aguardam uma demanda da reitoria para começarem essa discussão.

Shirley esclarece que a ideia é justamente iniciarmos no Comitê as discussões e conhecer a realidade de cada campus, e levarmos um panorama para a Reitoria, pois se sabe que a realidade varia de uma unidade para outra – uma vez que há unidades que já avançaram muito nesse aspecto. Para que no grupo tenhamos a clareza desses movimentos e levarmos isso pra o Reitor e vice.

Ederli (AL) em julho, em reunião de diretores, foi falado em retorno. Relata que no Campus Alegrete estão bastante avançados nesse sentido. Uma vez que o Plano de Contingência está aprovado, tudo está sendo organizado no campus. As salas já estão com a devida identificação e o plano de retorno dos servidores está bem avançado. Apresentarão esse plano ao COE-E Local, e, uma vez aprovado será levado ao Conselho de campus. Se aprovado, encaminharão ao GR. Já levantaram 11 pontos específicos de como dever o retorno, um mapa com as salas, capacidade máxima e listagem de ocupantes.

Algacir (DP) relata que a CLE e Cursos já estão discutindo. Os posicionamentos são diferentes. Alguns entendem que o retorno deve ocorrer a partir da 2ª dose, para os servidores. Os regimentos dos planos de contingência. Concorde que esse encaminhamento deve partir da Reitoria, de forma mais específico, com cronograma para essas discussões, o que facilitaria

Silvana (JG): no campus têm sido desencadeadas várias discussões. Concorde que seja feito um cronograma detalhado e planejado. Preocupa-se que não seja criado tumulto, que dificulte o andamento da discussão. Temos a segurança de que neste ano não retornaríamos presencialmente. E isso deve ser reassegurado explicitamente.

Cheila (Urug): no seu entendimento não é garantido que as atividades estão suspensas até o fim do ano. O que sim estão suspensas em função da pandemia, mas, se o quadro for favorável, entende que o Reitor poderá revogar essa suspensão. Entende também que isso deve ser feito com um planejamento e prazo razoáveis especialmente porque vários servidores estão fora do município. Muito embora seja obrigatório o servidor residir no local, em tempos de trabalho remoto, muitos retornaram às suas cidades de origem. Entende que a manifestação em nível de campus, é importante, para que todos possamos conhecer as realidades uns dos outros, que vão respaldar as decisões futuras da Reitoria / CONSUNI.

Manifestou seu incômodo com relação à manifestação do Sindicato quanto às OEE.

Foi dada a ideia de votação à proposição pelo envio de um ofício via SEI pelo Comitê “Quais as atividades acadêmicas e administrativas estão acontecendo de forma presencial e como estão as discussões dentro de cada unidade?”

Seguiram-se algumas considerações e acabou sendo pactuado que será redigida uma sugestão de ofício para esta consulta, que será colocada no grupo de whats e veremos se atende ao interesse de todas as unidades.

Algacir comenta sobre uma demanda que chegou dos cursos de especialização ao COE-E Local, acerca de pesquisas que deverão ser realizadas nas escolas, no âmbito dos TCCs. A questão foi encaminhada pelos cursos à PROPPI sobre a possibilidade de os dados necessários para as pesquisas serem coletados nas escolas. A PROPPI respondeu que os protocolos devem ser aprovados pelo COE-E Local. Algacir entende q o COE-E Local tem alcance dentro do campus e cada escola tem o seu próprio COE-E Local, com seu respectivo plano de contingência.

Foi esclarecido que esse entendimento está correto – cada instituição tem seu próprio plano de contingência e a atuação do COE-E Local do Campus se dá mesmo no âmbito do campus. Com relação às atividades externas, sempre é o concedente que aponta quais são as regras para receber o estagiário. E o que se orienta é que o curso verifique se as orientações estão em conformidade com o que está preconizado com as normativas legais (Ofício 144 da PROGRAD).

Silvana também apresentou uma dúvida análoga, uma vez que as escolas públicas também não aceitarão mais estágios online.

Cheila relata que nos hospitais aonde os alunos fazem estágio há regras. Essa são apresentadas ao Curso, que apenas analisa se estão em conformidade com as orientações legais. E os alunos realizam as atividades em consonância com as regras do local concedente.

Shirley esclarece que os estágios presenciais nunca foram proibidos, e que não foi retirada a possibilidade de manter as flexibilizações. Cada vez será mais difícil encontrarmos portas abertas para as atividades remotas. E na área da educação, mais latente ainda, uma vez que as escolas estão todas retornando à presencialidade.

ENCAMINHAMENTO:

Será postado no grupo ADM Comitê uma proposta de ofício do Comitê às unidades, acerca das discussões sobre retorno presencial que estão sendo realizadas.

Próxima reunião do Comitê: não ficou agendada. Será combinada via grupo de whats.

Responsável pela presente memória:

CLÁUDIA VIEIRA GARRIDO

SIAPE 1780451

PROGRAD